

Regiões contra a União

Ao invés de flexibilização, os estados endureceram com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, no tocante às disposições do capítulo tributário da nova Constituição, na forma apresentada pelo relator Bernardo Cabral. Bresser havia solicitado aos líderes partidários que reduzissem as transferências da União para os Estados e municípios e como resposta recebeu, ontem, a comunicação de que representantes das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste entregaram ao relator uma emenda elevando de 2% para 3% da receita total os recursos adicionais destinados às regiões subdesenvolvidas do País.

Pela proposta ontem apresentada, os 3% serão diretamente alocados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na proporção de 1% da receita orçamentária global para cada região. Os representantes das bancadas que ontem estiveram com o relator Bernardo Cabral reunem quase 290 votos, detendo, portanto, a maioria da Constituinte, podendo, assim, fazer aprovar as emendas que subscreveram.

REGIONALIZAÇÃO

Outra iniciativa dos parlamentares nortistas, nordestinos e do centro-oeste ontem apresentada ao relator Bernardo Cabral diz respeito à questão da regionalização da alocação dos recursos do orçamento federal. A proposta inicial estabelecia que, no prazo de até dez anos, o orçamento da União teria de ser regionalizado, ou seja, destinar dotações às diversas regiões do País na proporção de sua população e do peso de sua economia.

Nessas condições, 30% de todos os recursos do orçamento federal teriam de ser destinados ao Nordeste. No projeto Bernardo Cabral o dispositivo foi mantido, excluindo-se, no entanto, a palavra "até", e permanecendo a expressão "no prazo de dez anos". Ontem, os parlamentares rerepresentaram a emenda diretamente ao relator, restabelecendo a palavra "até", para permitir que a regionalização se faça antes do prazo previsto, segundo explicou ao CORREIO um dos líderes da articulação das bancadas nortistas, deputado Lúcio Alcântara, do PFL do Ceará.

Ele explicou que o movimento e suprapartidário e inter-regional, e que os representantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão dispostos a votar em bloco as emendas que subscreveram, assim como o capítulo tributário da nova Carta constitucional destinando 44% da receita do IPI e do Imposto de Renda para os fundos de participação, conforme consta do projeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral.

ENCARGOS

Na reunião com as lideranças partidárias e da Constituinte, o Ministro da Fazenda admitiu que as transferências de recursos para os estados e municípios podem manter-se nos níveis atuais, ainda que representem uma expressiva perda de receita para a União, pois além das vinculações há incentivos fiscais e outros benefícios de natureza tributária que reduzem a receita líquida do Tesouro. No entanto, os estados e municípios devem concordar em receber alguns encargos hoje sob responsabilidade da União, tais como educação, saúde e saneamento urbano.

Contudo, os representantes das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste disseram ao relator Bernardo Cabral que não concordam com essa proposta do Ministro da Fazenda, pois ela corresponderá à manutenção da situação atual, na medida em que os recursos adicionalmente transferidos ficam vinculados a gastos também adicionais.

Os parlamentares dizem contar com o apoio dos governadores dos seus respectivos estados, os quais, em sua maioria, são solidários com o Presidente da República em questões como a duração do seu mandato e a forma de governo, mas não abrem mão de uma reforma tributária que promova uma mais racional distribuição do bolo da receita, com o aumento das transferências líquidas para seus estados.

Aparecido defende a reforma tributária

Na reunião de Florianópolis, o governador do DF criticará a dependência dos estados

CLAUDIO PEDROSO/ANGULAR



Aparecido passou o dia com Quêrcia articulando o encontro dos governadores

Álvaro Dias prefere o plebiscito amplo

Curitiba (Da Sucursal) — O governador Álvaro Dias leva hoje, para a reunião de governadores em Florianópolis, sua posição em favor de uma reforma tributária que beneficie o mais rapidamente possível os estados e os municípios, de normas convenientes para a contenção do déficit público, e de um plebiscito que não se restrinja a consultar a preferência da população a respeito do sistema de governo, mas também sobre os demais temas controversos em debate na Constituinte.

A decisão de Dias foi tomada antes da conversa telefônica que manteve com o líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Luiz Henrique, preocupado com as eventuais consequências de um plebiscito com o fito único de questionar o regime de governo. Antes mesmo que o governador Moreira Franco passasse a defender publicamente a ideia, Álvaro já propunha uma consulta ampla do eleitorado sobre as ques-

tões polêmicas da Constituinte. O que o governador paranaense pretende é manter-se coerente com o que vinha defendendo, deixando os constituintes de seu estado livres para optarem pelo regime de sua predileção.

Parlamentarista, defensor do plebiscito geral antes mesmo das eleições do ano passado, Álvaro teme, porém, a implantação de um novo regime num momento em que o País se debruça ainda com tantos desafios inerentes ao processo de transição, possa frustrar a expectativa nacional: "Somente instituições aprimoradas e consolidadas são capazes de suportar as atribuições próprias do parlamentarismo", argumenta. Para ele, o País ainda comporta mais uma eleição sob o regime presidencialista. Esta convicção, segundo o próprio governador, decorre de sua experiência na condução do Executivo estadual: "As mudanças só

ocorrem com atitudes rápidas e ágeis, e o presidencialismo dá melhores condições para isto, para racionalizar a administração, pôr um fim aos paralelismos, promover reformas necessárias e profundas, punir os responsáveis pela malversação do dinheiro público com prisão, como aconteceu aqui no Paraná. Num regime parlamentarista, não sei se teria condições para fazer isso com a agilidade necessária". Álvaro só acompanhará a reunião dos governadores no período da tarde. Pela manhã ele cumpre compromissos em Curitiba, com o ministro da Saúde, Roberto Santos. Embora endossando boa parte das propostas de seus colegas, ele não crê na eficiência de reuniões desse tipo: "Exemplos anteriores nos mostram que em termos de resultados objetivos, concretos, esses encontros não têm sido muito produtivos. Por isso, prefiro não alimentar expectativas a respeito", explica.

São Paulo — De carona "nas asas do Quêrcia" — como explicou bem-humorado — e com um texto de três laudas intitulado "reforma tributária para fortalecer a Federação", o governador do Distrito Federal, José Aparecido, desembarca nesta manhã em Florianópolis para participar da reunião de governadores da região Centro-Sul. Conforme assinalou ontem, depois de almoçar com Orestes Quêrcia em São Paulo, ele vai defender a necessidade de ser incluída na nova Constituição uma reforma tributária que restabeleça de fato o princípio da Federação.

Na opinião de Aparecido, mesmo o texto do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral mantém a atual dependência de estados e municípios em relação à União. Por isso, afirma que da forma como a reforma tributária está colocada "continuaremos vivendo a ficção da autonomia, que passou a ser uma mentira nacional que afeta os princípios federativos". Ele sugere que a nova Carta atribua essa autonomia real, inclusive permitindo a criação de tributos, desde

que não firam a legislação maior.

José Aparecido relaciona a concentração de verbas com a centralização de poderes. E responsabiliza o regime militar implantado em 1964 pela situação. Ele lembrou que nesse período de autoritarismo foram criados quatorze novos tributos — destes, dois para os estados, dois para os municípios e os dez restantes para a União. E, indignado protestou: "Os estados e municípios estão resumidos a pensionistas da União".

O governador do Distrito Federal também se manifestou contrário à realização de um plebiscito para referendar parcial ou totalmente a Constituição. Segundo explicou, essa consulta significaria cassar os constituintes e retirar-lhes a responsabilidade de elaborar e definir a nova Carta, para a qual foram eleitos. Também defenderá essa posição no encontro de governadores e admite que a discussão do sistema de governo — ele é presidencialista — e duração do mandato do presidente José Sarney deverão fazer parte da pauta.

O governador José Apa-

recido conversou descontraidamente com a imprensa depois do almoço, que também teve a presença do arquiteto, Oscar Niemeyer. Nessa conversa, negou que estivesse participando de reuniões sigilosas para costurar um novo acordo de Minas. Em tom de brincadeira, considerou que essas reuniões "seriam inconfidência demais para o nosso tempo". Mas não se fez de rogado quando foi perguntado quem seria seu candidato mineiro: "Eu fico com esses inqueritos de opinião, que falam muito no Aureliano Chaves".

Reconheceu a existência de dificuldades em assumir essa escolha já que o ministro das Minas e Energia é do PFL e ele do PMDB. Em seu partido, afirmou, existe um candidato "que emerge naturalmente", ou seja, o deputado Ulysses Guimarães. Mas não afasta a possibilidade de ser reeleita a Aliança Democrática na sucessão presidencial se as condições políticas futuras exigirem essa composição. "Sempre prevalece o bom-senso. Isso pode se impor naturalmente, pois no passado não se chegou à Aliança por acaso", comentou.



Moreira Franco

Moreira diz que tributos

serão o tema

Rio — O governador Moreira Franco afirmou, ontem, no Rio, que a reforma tributária será o principal tema a ser discutido durante a reunião de amanhã, em Florianópolis, entre os governadores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Moreira Franco observou que traçará uma estratégia com seus colegas estaduais para apoiar o artigo sobre a reforma tributária, que está inserido no anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral". O assunto, como está proposto no anteprojeto, reflete posição unânime dos governadores estaduais", destacou o governador fluminense.

Outra preocupação manifestada por Moreira Franco, e que também será alvo de debates na reunião dos governadores, é quanto ao futuro político do PMDB. Para o governador do Rio, a transição para a democracia estará concluída com a promulgação da nova Carta Constitucional "e o PMDB, então, terá que se colocar diante do futuro da construção da liberdade cotidiana do País".

Bezerra: Estados vão continuar sem verbas

Cuiabá — "Estou tremendamente triste e decepcionado com essa Constituinte em relação à reforma tributária", afirmou ontem o governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, ao comentar a proposta de aumento de oito por cento na participação dos estados e municípios na arrecadação tributária do País em 1988, conforme prevê o texto do anteprojeto de Constituição.

Segundo Bezerra, a União deve ficar apenas como mantenedora da federação e responsável por algumas atividades essenciais. Os recursos, em sua grande parte, devem ser repassados aos estados e municípios, que planejam e executam as obras no País: "Isto é claro, cristalino e não sei por que não aconte-

ce. A grande esperança nossa estava nessa Constituinte e a proposta que ela traz é tímida, acanhada e não corresponde às necessidades dos estados e municípios".

MONARQUIA

Acredita Carlos Bezerra que hoje, na reunião de Florianópolis, os governadores debaterão exaustivamente esta questão, por ser mais importante, e deverão definir alguma estratégia de ação para tentar aumentar esse percentual de oito por cento. Ele não participa da reunião porque embarca numa viagem à Europa em busca de recursos.

Para o governador, "o Brasil precisa sair da monarquia e se descentrali-

zar, pois a tecnoburocracia de Brasília amarra esse país. Passem os recursos para os estados e municípios e todos vão ver como eles "renderão", afirma Bezerra, revelando que os recursos mais expressivos que Mato Grosso recebe da União são os do Fundo de Participação dos Estados (FPE), cerca de R\$ 130 milhões mensais.

E oito por cento sobre o que Mato Grosso recebe atualmente não representam praticamente nada, em sua opinião. Conforme o texto do anteprojeto da Constituinte, estados e municípios passarão a ter uma participação de 35,2 por cento na arrecadação da União, o que significa que esta continuará a deter a maior parte dos recursos, enquanto aqueles continuarão de pires na mão.